



O *Cantum Ecclesiasticum* e o *Ordo Amplissimus*, dois manuais portugueses de música para a liturgia de defuntos

José Filomeno Martins Raimundo*

Resumo

No presente estudo faz-se uma descrição do conteúdo de dois manuais de música, compostos para a liturgia de defuntos. Trata-se de manuais pós tridentinos: o *Cantum Ecclesiasticum*, cuja primeira edição conhecida é de 1614, da autoria de Filipe de Magalhães e o *Ordo Amplissimus*, editado em 1603, de que se conhecem apenas dois exemplares, da autoria de Duarte Lobo, Bento Godinho e Bartolomeu Vicente. A importância atribuída à morte, como se pode constatar pelo número de edições dos manuais, e a prática de orar pelos defuntos desde os primeiros tempos do Cristianismo até ao século XVII, são aspectos centrais neste estudo. Os dois manuais, ao fazerem parte do repertório da música pelos mortos, constituem-se como documentos importantes na compreensão do modo como, ao tempo, era marcada a transição desta vida para a outra e a atenção posta na comemoração dos defuntos.

Palavras chave

Música e ritual – liturgia musical – prática musical nos funerais – século XVII – música ibérica – Filipe de Magalhães – Duarte Lobo.

Abstract

This study consists of a description of the contents of two manuals of music, composed for the ritual of the departed. These are post-tridentine manuals: “*The Cantum Ecclesiasticum*”, the earliest known edition of which is from 1614, by the authors Filipe de Magalhães and the *Ordo Amplissimus*, published in 1603, there are only two known copies, written by Duarte Lobo, Bento Godinho and Bartolomeu Vicente. The emphasis on death can be seen by the number of editions of the manuals, and the practice of praying for the departed, since the early days of Christianity until the 17th century, these are the key aspects of this study/reflection. The two manuals makes part of the collection of music for the dead, constitute as important documents in the understanding of how, at the time, was marked the transition from this life to the next and the attention placed in the commemoration of the departed.

Keywords

Music and ritual – music liturgy – musical practice at funerals – 17th century – Iberian music – Filipe de Magalhães – Duarte Lobo.

*Escola Superior de Artes Aplicadas, Castelo Branco, Portugal. Endereço eletrônico: josefmrainundo@hotmail.com.



A LITURGIA DOS DEFUNTOS

O culto dos mortos é uma manifestação humana desde tempos imemoriais. Em todos os povos se encontra o empenho solene e afetuoso de cuidar dos defuntos e de lhes dar conveniente sepultura (Riguetti, 1955, p. 969).

Desde os primeiros tempos do cristianismo ficaram testemunhos, preservados em diversas fontes, em favor de orações pelos mortos. Conhecem-se inscrições, mais ou menos extensas destas orações, nas catacumbas de Roma, datadas desde o primeiro século do cristianismo até ao início do século quinto. Em paralelo com estas provas, nos primeiros escritos litúrgicos encontram-se evidências da comemoração dos fiéis defuntos. Por outro lado, na primeira literatura cristã abundam os testemunhos sobre a prática de orar, em privado ou em público, pelos mortos (Toner, 1907, v. 4, p. 653). Remontam ao tempo de Tertuliano os documentos em abono da celebração de Missas de Defuntos e abundam evidências dessa ação de orar: Os antigos Sacramentários contêm orações e Prefácios próprios destas Missas; o Sacramentário Gregoriano, em especial, encerra Introitos, Graduais, Ofertórios e Comunhões dos defuntos; o Missal de Bento XV, traz seis Missas pelos defuntos, cujo texto e ritual são de uma venerável antiguidade (Fortescue, 1907, v. 13, p. 306-313).

Na Idade Média e Renascimento, a comemoração dos defuntos era uma das práticas mais relevantes da liturgia Católica Romana. Geoffrey Rowell (1977, p. 68) aponta que “one of the marks of medieval piety in general was its special concern for the welfare of the departed”¹. A Missa e o Ofício de Defuntos² eram os serviços religiosos mais usados desde o século XIV; eles podiam ser celebrados todos os dias, excepto nos dias das grandes festas do calendário da Igreja Católica (Cabrol, 1907, p. 221).

Não se podem dissociar as orações pelos mortos da doutrina do Purgatório. Torner (1907, p. 653) afirma que a declaração do Concílio de Trento de que o Purgatório existe e que as almas podem ser ajudadas por sufrágios “is merely a restatement in brief of the tradicional teaching wich had already been embodied in more than one authoritative formula – as in the creed prescribed for converted Waldenses by Innocent III in 1210”³. Numa carta datada de 1254, Inocêncio IV definiu a doutrina do Purgatório; na sequência da prescrição pela Igreja de que as almas do Purgatório podiam ser ajudadas a sair daquele estado transitório, os cristãos encomendavam intensamente à Igreja a celebração de rituais litúrgicos pelos mortos (Ottosen, 1993, p. 46-48).

Apesar de muitas das celebrações pelos mortos serem particulares, os cristãos leigos estavam familiarizados com o seu culto. Os textos atribuídos a Job (usados

¹ [Um dos sinais mais relevantes da religiosidade medieval era a especial preocupação para com a salvação dos defuntos].

² O Ofício foi composto originalmente para satisfazer a devoção privada e ainda no século XIII era recitado principalmente por ordens religiosas. A bula *Quod a nobis* de Pio V incita veementemente à sua prática, mas não a impõe como um dever.

³ [É apenas uma pequena clarificação ao que é ensinado, uma vez que já foi incorporado em mais de uma fórmula pela Igreja – como no Credo prescrito para converter os Waldenses por Inocente III em 1212].



como leituras nas Matinas) eram os mais conhecidos deste Ofício. Seriam provavelmente os textos desta figura do Antigo Testamento, os excertos da Bíblia mais conhecidos entre os leigos durante a Idade Média e Renascimento. Segundo Cabrol (1907, p. 220), Job era lido desde os primeiros tempos durante os serviços fúnebres, sendo venerado pelas pessoas que sofriam de diversas doenças (especialmente lepra e doenças venéreas) e como patrono dos músicos (é retratado estando entretido por músicos a quem dava crostas das suas feridas que se transformavam em ouro). Poderá esta ser esta uma hipótese para a ligação dos seus textos com o Ofício de Defuntos (Besserman, 1979, p. 64-75). Também Santo Agostinho e outros autores dos séculos IV e V atestam o uso nos serviços fúnebres de alguns salmos que integram o Ofício de Defuntos.

O facto de a liturgia de defuntos fazer parte dos inúmeros Livros das Horas mostra, igualmente, a importância que lhe era atribuída, pelo que se pode afirmar que a Missa e o Ofício de Defuntos eram elementos relevantes na devoção medieval e renascentista (Vovelle, 1983, p. 155-157). Efetivamente, o enterro de um cristão foi desde sempre visto como um ato religioso importante e por isso rodeado de um cerimonial especial. O dogma da ressurreição do corpo (por analogia com a ressurreição de Cristo) e a tradição judaica constituíram a base da atitude dos cristãos em relação ao enterro dos restos mortais. Os primeiros cristãos faziam uso dos costumes locais, desde que estes não atentassem contra a sua fé. No entanto, encontra-se evidência nos primeiros séculos do cristianismo da existência de um serviço religioso com particularidades próprias. A oração depois da morte, o canto de hinos e salmos e a oferta da Missa são referidos frequentemente, como práticas dos primeiros tempos da cristandade (Thurston, 1907, p. 6).

A origem do Ofício de Defuntos, na forma canónica tradicional, tem provavelmente a sua génese anterior a S. Gregório Magno, contrariamente à tese que sustentava ser de origem monástica, remontando ao século VII (Callewaert, 1940, p. 169). Ainda segundo este autor, a sua proveniência é romana, por já se encontrar nos primeiros antifonários (romanos) e compreender as mesmas horas que o antigo Ofício Romano: Vigília, Laudes e Vésperas.

O Ofício de Defuntos é composto por Vésperas, Matinas e Laudes. Enquanto a estrutura destes serviços litúrgicos se fixou no início da Idade Média, os textos de algumas partes podiam ser diferentes de diocese para diocese ou variar entre as ordens religiosas. É sobretudo nos responsórios, que seguem cada uma das leituras das Matinas, que se encontram diferentes escolhas de textos (Ottosen, 1993, p. 46-48).

Com a publicação da nova edição do *Breviarium romanum*⁴ em 1568, e do *Missale*

⁴ Foi editada em 1568 e entrou em uso no ano seguinte. No seu frontispício está escrito o seguinte: *Breviarium Romanum ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini retitutum, Pio V Pont. Max. Jussu editum. Romae 1568, cum privilegio Pii V Pont. Max., a s'dibus populo Romani, apud mamecium*. Na base das rubricas do *Breviarium* de Pio V, está o *Breviarium* Franciscano, redigido por Aymon deFaverham em 1243-1244 e a alteração feita em 1263, por um suplemento intitulado *Tabula Parisiensis*



*romanum*⁵ em 1570, por ordem de Pio V, muitas das tradições locais desapareceram (Rutherford, 1980, pp. 87-89). Somente, como evidencia Martimort (1965, p. 53), as igrejas que mantinham uma tradição litúrgica com pelo menos duzentos anos a puderam conservar.

A versão do Ofício e Missa que nasceu com o Concílio de Trento baseou-se na prática da cúria papal, remontando provavelmente aos inícios da Idade Média. Efetivamente, encontram-se alguns elementos da liturgia dos mortos em fontes do final dos séculos VIII e IX (Rutherford, 1980, p. 39-52). Knud Ottosen (1993, p. 28-29) afirma que a estrutura e também alguns textos e cânticos das Matinas são, provavelmente, originários de algumas igrejas de Roma, particularmente da igreja de São Pedro, nestes séculos.

Se bem que a sua história inicial permaneça obscura, o Ofício e Missa com a forma promulgada por Pio V já eram utilizados na cúria de Roma, pelo menos na segunda década do século XIII, quando foram incorporados no Ordinário do Papa Inocêncio III⁶ (Dijk, 1975, p. 475-478). É provável, contudo, que esta versão da liturgia não estivesse disseminada, mesmo em Roma. Na realidade, de acordo com Salmon (1975, p. 405-411), a liturgia curial seria seguida somente na Igreja de São João Latrão.

O fator decisivo que certamente mais contribuiu para a difusão e sucesso do rito da cúria foi a sua adoção pelos Franciscanos (Salmon, 1965, p. 964-965). Aymon de Faversham, Quarto Ministro Geral da Ordem dos Franciscanos, reviu a liturgia, mas, no que respeitava ao Ofício e Missa de Defuntos, estes ficaram quase intocáveis. À custa das reformas levadas a termo por J. C. Orsini, eleito Papa como Papa Nicolau III em 1276, a liturgia dos Franciscanos passou a usar-se por toda a cidade de Roma (Dijk, 1975, p. 405-407). Durante o seu curto pontificado, Nicolau III mandou substituir os livros litúrgicos nas igrejas de Roma pelos modelos Franciscanos (Dijk, 1975, p. 410-411). Ao longo do tempo, esta ordem ajudou a espalhar pela Europa a liturgia utilizada na corte papal.

Em suma, durante cerca de quatro séculos, até à publicação do Breviário de Pio V, a versão usada na Cúria Papal e a usada nas Igrejas de Roma eram muito próximas. Naturalmente que a estabilidade na liturgia de defuntos da versão romana, durante este período, não existiu noutras dioceses, onde os textos de Inocêncio III se foram alterando ao longo desses quatro séculos.

Ao ritual à volta da morte estavam ainda associadas cerimónias que não apare-

(Martimort, 1965, p. 95). Com a bula *Quod a Nobis* de 1568, aboliam-se todos os breviários que não estivessem conforme a edição de 1568. Excetuava os breviários cuja tradição se prolongasse por mais de duzentos anos, ou aqueles que obtivessem aprovação pontifícia. Pio V proibira futuras modificações, adições ou supressões, no entanto, até ao Concílio do Vaticano II (1962-1965) sofreu ao longo dos séculos, ligeiras alterações.

⁵ Pio V, através da bula *Quod Primum*, publica o Missal em 1570. Foi reconhecido até ao Concílio do Vaticano II (Coelho, 1950, v. 1, p. 587).

⁶ O Ordinário de Inocêncio III, elaborado entre 1213 e 1216, tem a mesma versão do Ofício que saiu sob determinação de Pio V. O principal estudo deste período é a obra de J. Stephen, P. Dijk e J. Hazeldem Walker, intitulada *The Origins of the Modern Roman Liturgy: The Liturgy of the Papal Court and the Franciscan Order in the Thirteenth Century*, Londres, 1960.



ceram descritas no Breviário e no Missal, em primeiro lugar, o conjunto de orações e gestos feitos antes da morte, assim como a regulamentação das procissões para levar o corpo do defunto para a igreja e depois para o túmulo. Há ainda outros aspectos à volta do ritual do funeral que se descrevem a propósito dos dois manuais de defuntos que são o nosso objeto de análise. A maior parte dos elementos deste ritual só foi codificada através da publicação do *Rituale Romanum* (RR) de 1614; é neste livro, promulgado por Paulo V (reinado papal entre 1605-1621), que aparece descrito com detalhe o cerimonial do enterro (Rutherford, 1980, pp. 69-78). Ao contrário dos outros livros do Rito Romano, o *Rituale* não foi imposto como único modelo⁷. Paulo V limitou-se a exortar ao seu uso. Isto fez com que continuassem a proliferar outros manuais, embora aqueles que iam aparecendo tendessem a estar em conformidade com o *Rituale* de Paulo V (Fortescue, 1907, v. 13, p. 87).

OS DOIS MANUAIS PORTUGUESES DE MÚSICA COMPOSTOS PARA A LITURGIA DE DEFUNTOS

O *Cantum Ecclesiasticum*, encomendado a Filipe de Magalhães *ad instantiam sacerdotum pauperum Ulyssiponentium confraternitatis sanctissimae Trinitatis, & charitatis* (irmandade da qual este autor era membro) teve a sua primeira edição em 1642⁸ e foi publicado por António Alvares, em Lisboa. Os textos e as “licenças” contêm algumas informações importantes. A primeira autorização, de 18 de julho de 1642, diz: *Podese tornar a imprimir o Officio de defuntos impresso ja a instancia da Irmandade de Clerigos pobres, & depois de impresso tornarà ao Conselho para se conferir com o original*. Da exigida confrontação resultou o seguinte consentimento, expresso em 29 de outubro do mesmo ano: *Visto estar conforme com o original, pode correr este livro*. Destes dizeres podem tirar-se, pelo menos, duas conclusões: este livro já havia sido impresso por ordem da já citada irmandade, embora nada se possa concluir no que diz respeito à data da edição; em relação ao ato de conferir por parte do “Conselho” ficam duas questões sem resposta: uma sobre a identidade do original e a outra sobre o modo de conferir e por quem e sobre aquilo que era, de facto, conferido. Esta edição, taxada a duzentos réis, tem um aparato gráfico pouco agradável, sobretudo na Litania⁹. É a única edição que tem um índice.

Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra encontra-se um exemplar de uma edição de 1691, da responsabilidade de Henri Aertssens de Antuérpia e existe ainda um terceiro exemplar que está depositado na Biblioteca Nacional em Lisboa. A técnica de impressão deste exemplar de Lisboa é diferente da usada na edição de

⁷ O Ritual Romano foi publicado por Paulo V em 1614. Foi revisto e aumentado por Pio X em 1913 e manteve-se até ao Concílio Vaticano II.

⁸ Este exemplar encontra-se na Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

⁹ Esta edição é a única que não tem o *Responsório post Missam*, e o *Requiescat in pace* musicado a quatro vozes antecedido por uma oração e versículos. Nas outras edições, esta sequência foi editada depois da *Litania*.



1642. Outro aspeto que a distingue das anteriores é a utilização do vermelho para as linhas do cantochão. Nesta edição, o impressor fez uso de licenças escritas no ano de 1613. O texto do “Conselho” diz: *Vista a informação podese imprimir este Manual de defuntos [...] & sem ela não correra. Em Lisboa 13 de dezembro de 1613.* É provável que estas licenças tivessem sido dadas para uma edição feita em Lisboa por Pieter van Craesbeeck, em 1614. Segundo o testemunho encontrado na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, a edição de 1614 terá sido a primeira do *Cantum Ecclesiasticum*¹⁰.

Pode levantar-se a questão da obrigatoriedade das licenças ou do seu valor efetivo tendo em conta que em 1691, e longe de Lisboa, são usadas licenças de 1613. Por que é que para a edição de 1642, levada a cabo na tipografia régia, foram pedidas licenças atuais? Se em 1691 não era necessário imprimir com licenças da altura, poderá pensar-se que elas também contribuíam para o prestígio da obra? A problemática à volta do significado real das “licenças” merece atenção. Esta terá sido a segunda de duas edições saídas de Antuérpia no ano de 1691. Alphonse Goovaerts (1880, pp. 134-135) insiste em esclarecer este facto porque, como escreve, “nous sommes entrés dans ce détail, parce que quelques auteurs ont cru qu’il s’agissait ici d’une seule et unique édition”¹¹. Para esclarecer este acontecimento cita parte dos frontispícios.

Sabe-se que no ano de 1728 saiu da já referida oficina de Henri Aertssens uma nova edição; encontrou-se um exemplar na Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda. Esta edição é semelhante à edição de 1691 no grafismo. Nas peças polifónicas, os erros principais estão quase sempre associados às *ligaduras*. Tendo em conta a técnica de impressão utilizada, é lícito colocar-se a hipótese de que aqueles erros possam ter sido motivados por distração ao colocar as primeiras figuras, ou por desconhecimento por parte do impressor da importância da sua disposição; vale a pena referir que se cada uma das primeiras figuras das *ligaduras* sofrer um movimento de rotação de 180 graus, todas as ligaduras ficam corretas. E qual foi a fonte ou fontes utilizadas para ultimar este trabalho? Terá havido a preocupação de emendar os “erros” da edição de 1691, se ainda possuíssem um exemplar?

Na Biblioteca Nacional existe uma edição de 1720 impressa em *Lisboa Ocidental*, na Oficina de António Pedroso Galvão, à custa de *Paulo Martins de Andrade, Mercado de Livros*. Como nas três edições anteriores, esta também faz referência no frontispício a uma cuidadosa correção de erros que terá sido realizada. As licenças

¹⁰ Barbosa Machado dá a seguinte leitura da obra: *Cantus Ecclesiasticus commendandi animas corporaque sepeliendi defunctorum; Missa & Stationes Justa Ritum Sacrosanctae Romanae Ecclesiae Breviarii, Missalisques Romani Clementis VII. & Urbani VIII. Recognitionem ordinata. Ulyssipone apud Petrum Craesbaeck 1614. 4. & ibi apud Antonium Alvares 1642. 4. & Antuerpiae apud Henricum Aertssens 1691. 4.* (Nery, 1984, p. 162).

Este teor não corresponde aos frontispícios das edições de 1642, 1691, 1724 e 1728. Por outro lado, não pode ser o rosto da edição de 1614 por fazer referência ao Papa Urbano VIII, uma vez que este pontífice reinou entre 1623 e 1644. Talvez a intenção tenha sido compilar um conjunto de elementos a partir de diferentes edições para referenciar a obra.

¹¹ [nós entramos neste detalhe, porque alguns autores acreditam que se trata de uma só e única edição.]



mencionam explicitamente que o *Caderno de Defuntos só correrá* depois de conferido. No entanto, esta edição agregou uma impressão de má qualidade com uma quantidade desmesurada de erros. Nas peças polifónicas estes distribuem-se pelo valor das figuras, pelas formas das ligaduras e por um grande número de erros em fragmentos melódicos. Esta edição tem no rosto as mesmas palavras que a edição de 1691, excetuando a informação sobre o editor, local e data da impressão, ostenta a mesma gravura representando a Santíssima Trindade e tem também o mesmo número de páginas.

A outra edição que se analisou, encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Foi impressa em *Lisboa ocidental, Ex Typographia Diagrammis*, no ano de 1724 e vendia-se na rua dos Gallegos. Sob o aspeto tipográfico é uma edição bastante cuidada onde, nas peças polifónicas, relativamente à edição de 1720, foram emendados alguns erros. O exemplar consultado não apresenta as tradicionais licenças.

No frontispício da edição de 1642 lê-se que o *Offício*, a *Missa* e as *Estações* estão escritas segundo o rito da Igreja Romana, a partir do Breviário e Missal reconhecidos pelos Papas Clemente VIII e Urbano VIII. Em todas as edições posteriores aparece a informação de que a obra está *justa breviarii, missalisque romani novissimam recognitionem*. Este facto pode levar a pensar que estas edições sofreram alterações de forma e ou de conteúdo.

Algumas fontes secundárias evidenciam a existência de outras edições. Joaquim de Vasconcelos refere outras duas edições, uma de 1641 e outra de 1785 (Vasconcelos, 1870, vol. 1, p. 221 e vol. 2, p. 294-295). José Maria Pedrosa Cardoso aponta outras edições conhecidas na Biblioteca Nacional de Lisboa: Coimbra, 1665; Coimbra, 1676; Lisboa, 1753; e Lisboa, 1768 (Cardoso, 1995, vol. 2, p. 224-229). José Augusto Alegria (1984) tece comentários à edição de Coimbra de 1676, mas não indica o seu paradeiro. Pelo que escreve fica a saber-se que esta edição não incorporou o *Responsorium post Missam*.

Com exceção de um conjunto de peças polifónicas, constituído por *Litania* e um *Resposorium post Missam*, escritos em notação mensural branca com pequenos textos intercalados e notados e cantochão figurado, a obra está escrita em cantochão com notação de cantochão figurado, fazendo uso dos “pontos, notas, ou figuras” apresentados por autores como Pedro Talésio, na sua *Arte de Canto Chão* (Talésio, 1616, p. 11).

O *Ordo Amplissimus*, um manual de defuntos para uso dos sacerdotes de Lisboa, pertencentes à Confraria da Caridade¹², foi publicado no ano de 1603 e impresso na tipografia de Pieter van Craesbeek, em Lisboa. Pelo que vem impresso na folha de rosto, fica-se a saber que a obra contém orações e cerimónias fúnebres segundo

¹² O alvará de proteção real menciona que a dita irmandade estava sediada na Igreja de S. Tiago, Lisboa.



o rito romano e que para além do ofício de defuntos tem tudo o que diz respeito à encomendação da alma, funeral e sepultura do corpo. O manual de música foi encomendado pelos confrades, que o custearam. O seu conteúdo, como está escrito na folha de rosto, foi revisto, interpolado, renovado e acrescentado tanto nas orações como no canto, em muitos lugares, por Duarte Lobo, mestre de música da Sé de Lisboa e também por Bento Godinho e Bartolomeu Vicente, mestres de cerimónia da capela real e confrades da citada confraria.

Qual terá sido a participação de Duarte Lobo nesta obra? Tendo em conta os dados que se possuem, não se pode concluir em que exata medida a obra se associa ao polifonista. Em relação aos mestres de cerimónia da capela real nada se sabe. Conhece-se apenas uma edição do *Ordo Amplissimus*, a de 1603. Os exemplares conhecidos encontram-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e no Cabido da Sé de Portalegre¹³. Destaca-se o facto da edição encontrada na Sé de Portalegre possuir, no fim do manual, três pequenas peças polifónicas. É provável que esta edição seja a completa, já que as três peças (Ladainhas a 3 e 4 vozes) parecem não ter sido colocadas posteriormente. O papel e a impressão dos caracteres são uniformes, a linha que cose todo o manual é a mesma e não se observam vestígios de que tivesse sido alvo de nova cosedura.

Na edição da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra faltam as peças polifónicas e a obra encontra-se num estado geral de degradação. Tal como no *Cantum Ecclesiasticum*, com exceção das peças polifónicas, escritas em notação mensural branca, a obra está escrita em cantochão figurado.

ESTRUTURA DOS DOIS MANUAIS TENDO COMO REFERÊNCIA O RITUALE ROMANUM

Os dois manuais portugueses de música para a liturgia de defuntos codificam a organização de um desempenho no âmbito da liturgia, no que diz respeito aos ritos, textos cantados ou rezados e às melodias. Para além da estrutura litúrgico-musical completa da missa *pro defunctis*, apresentam o que se sublinha ser o seu carácter normativo, as rubricas essenciais a ter em conta nas celebrações mais ou menos solenes dos funerais e também nas comemorações dos defuntos, designadamente *in die omnium fidelium defunctorum*. Possuem genericamente três partes: uma com o Ofício, uma outra com a Missa, cujo texto musical está em cantochão figurado, e uma outra composta por um pequeno conjunto de peças polifónicas.

A edição que se escolheu do *Ordo Amplissimus* não possui índice. No entanto, no cabeçalho do manual está impresso o seguinte: *Officium sepulturae* e *Officium defunctorum*. Para além desta informação, o manual possui a generalidade das secções



do *Cantum Ecclesiasticum*, conforme se pode ver pelo quadro abaixo.

A edição do *Cantum Ecclesiasticum* que se escolheu para confrontar com o *Ordo Amplissimus* foi a publicada em 1724. A razão principal teve a ver com qualidade da publicação, uma vez que possui poucos erros. Embora não contenha índice¹⁴, o autor intitulou as diversas secções ao longo da obra. Tomando então como referência a edição de 1724 do *Cantum Ecclesiasticum* e a edição do *Ordo Amplissimus*, apresentam-se, no quadro, as secções identificadas nas obras.

secções	<i>Cantum Ecclesiasticum</i>	<i>Ordo Amplissimus</i>
1ª	<i>In commendatione animae</i>	<i>Officium commendationis animae</i>
2ª	<i>Delatio defuncti ad ecclesiam</i>	<i>Delatio corporis defuncti ad ecclesiam</i>
3ª	<i>Officium sepulturae clericorum</i>	<i>Officium sepultura</i>
4ª	<i>Incipit officium defunctorum</i>	<i>Officium Defunctorum ad Vesperas</i> <i>Officium Defunctorum ad Matinas</i> <i>Ad Laudes</i>
5ª	<i>Missa defunctorum</i>	<i>Ad Missam</i>
6ª	<i>Ordo absolutionis ex missale romano recognito</i>	<i>Absolutio</i>
7ª	<i>Stationes</i>	(não possui esta secção)
8ª	<i>Litania</i>	<i>Litania</i>

A primeira secção dedicada à encomendação da alma decorre depois da expiração ou, mais precisamente como diz Filipe de Magalhães, *egressa anima de corpore* [saída a alma do corpo]. Enquanto a *commendatio animae* diz respeito ao defunto, nos dois manuais, o *Rituale Romanum (RR)*¹⁵ de Paulo V apresenta a *Ordo commendatione animae* como cerimonial feito antes da morte. Na presença do moribundo era dito um conjunto de orações e se a agonia se prolongasse podiam ser lidos capítulos do evangelho e ainda acrescentar os salmos 117 e 118. Depois da expiração, o **RR** manda cantar o responsório *Subvenite* e rezar uma última oração da encomendação da alma, a oração *Tibi Domine commendamus*.

A segunda secção diz respeito à transladação do defunto para a Igreja. Tanto os manuais como o **RR** preveem o Salmo 50. É possível que, nas pausas que ocorriam (Estações) durante o transporte do defunto para a Igreja, fossem cantadas as *Litanias* (oitava secção).

¹⁴ Só a edição de 1642 tem um índice com o seguinte conteúdo: *Commendatio animae* | *Delatio defunctorum* | *Officium Sepulturae* | *Officium defunctorum as Vesperas* | *Orationes diversae pro defunctis* | *Invitatorium officii defunctorum* | *Primum Nocturnum* | *Secundum Nocturnum* | *Tertium Nocturnum* | *Responsorium maius Libera me* | *Laudes defunctorum* | *Litaniae*.

¹⁵ A partir daqui, utiliza-se a seguinte abreviatura **RR**.



O conjunto de cânticos, salmos e orações que fazem parte do ato da sepultura dos clérigos, secção três, mostra bem a solenidade de que se podia revestir o enterro de um clérigo. O **RR** possibilita que se realize uma cerimónia abreviada. Em relação ao *Ordo Amplissimus*, na p. 8 existe uma indicação errada, uma vez que remete para a p. 5 quando deveria ser para a p. 6.

O *Officium defunctorum* é constituído pelas Vésperas, Matinas e Laudes, distribuindo-se por mais de sessenta páginas, em cada um dos manuais. A cerimónia da sepultura pode começar logo após a chegada da procissão à Igreja com o defunto, situação apresentada no *Cantum Ecclesiasticum*. A este propósito, o **RR** preceitua o seguinte: depois do corpo chegar à igreja, se não houver impedimento, segue-se de imediato o Ofício com *invitatorium*, três Noturnos e Laudes; se por alguma razão válida, o Ofício não puder ser dito, diga-se pelo menos o primeiro Noturno com Laudes (ou sem estas) começando com o *invitatorium*, se nem mesmo um Noturno puder ser levado a termo, não se omitam as orações e sufrágios do serviço fúnebre.

Depois de chegado o corpo à Igreja, as exéquias continuam com as Matinas; o **RR** não prescreve a recitação das Vésperas para este momento. No **RR** pode ler-se: *Deposito féretro in medio ecclesiae [...] dicatur Officium Defunctorum, cum invitatório, tribus Nocturnis et Laudibus [...] (1952, Tit. VII, cap. 3, p. 209)*. É de supor, no entanto, que as Vésperas pudessem ser ditas; eram-no certamente, pelo menos, noutra altura do dia. O **RR** contém as Vésperas¹⁶, antes das quais está escrito: *Dicuntur in Coro in die depositionis et aliis diebus protemporis opportunitate et ecclesiarum consuetudine*.

Filipe de Magalhães escreveu, no seu *Cantum Ecclesiasticum*, todas as rubricas pertinentes à Missa *pro defunctis*. Thurston (1907, vol. 3, p. 73) afirma que, de facto, o **RR** não prescreve a recitação das Vésperas por ocasião das cerimónias do enterro, se bem que as Vésperas sejam mencionadas no *Caeremoniale Episcoporum* no caso de se tratar de um Bispo. O **RR** insta com ênfase para que seja celebrada Missa com o corpo presente, antes daquele ser levado para o túmulo. A Missa nunca deve ser omitida, a não ser que uma festividade da Igreja (ou por outra razão forte) proíba a celebração. O próprio **RR** chama a atenção para uma prática que vem de longe; diz o **RR**: *Quod antiquissimi este instituti, illud, quantum fieri poterit, retineatur, ut Missa, presente corpore defuncti, pro eo celebretur, antequam sepulturae tradatur*. Gy diz que a inclusão da Eucaristia no ritual fúnebre remonta, pelo menos, ao século IV; e na Idade Média “tornou-se para todo o Ocidente a parte principal das exéquias cristãs” (1965, p. 723).

A seguir à Missa deve seguir-se, conforme a norma do *Rituale*, o rito da absolvição. O **RR** não dá um nome a esta parte, mas no contexto da explicação das exéquias utiliza



a palavra *Absolutionem* (1952, Tit. VII, cap. 3, p. 210). Segundo as palavras impressas no *Missale romanum* (*Finita Missa, si facienda este absolutio est*), parece que o ato era facultativo. Contudo, o **RR** faz crer que este rito era feito sempre depois da Missa.

O CE contém as chamadas *Stationes*¹⁷. O ritual das Estações era levado a cabo no dia de todos os fiéis defuntos e nas segundas-feiras. Esta procissão fazia-se percorrendo a Igreja e o cemitério.

Como já se referiu, Filipe de Magalhães escreveu polifonicamente uma *Litania* e um *Responsorium post Missam*. A Ladainha é uma oração formada por uma série de invocações, neste caso pronunciadas alternadamente por solistas (parte polifónica) e coro (cantochoão).

Memento mei Deus, o quarto responsório das matinas (colocado também na terceira estação), foi musicado de modo a criar contraste na sua performance, que se manifesta no canto polifónico a quatro vozes, versus cantochoão. Depois do responsório vem o *Pater noster*, os versículos habituais, a oração *Absolve, quaesumus Domine* e, por fim, é cantada a quatro vozes a expressão *Requiescat in pace*. Esta sequência de textos faz lembrar a cerimónia da absolvição, se bem que o responsório *Memento mei Deus* não pertença ao repertório conhecido dos responsórios possíveis para aquela cerimónia. O mais provável é que este grupo constituísse uma alternativa à absolvição, se esta não fosse feita, ou antecedesse a própria absolvição. Neste caso, propiciaria uma elaboração do ritual levado a cabo depois da Missa.

CONCLUSÕES

Os dois manuais portugueses de música para a liturgia dos defuntos, o *Cantum Ecclesiasticum* e o *Ordo Amplissimus*, encerram informação valiosa para a história da música em Portugal, contribuindo para evidenciar o papel social e cultural da música na liturgia de defuntos.

Não só pelos elementos que se podem colher, como pelas questões que são deixadas em aberto, o estudo destas obras dá a conhecer uma cultura afirmada ao longo de séculos na Europa cristã. A forma como um povo chora e canta os seus mortos é a afirmação da identidade social e cultural de um povo.

Os dois manuais de música portugueses do séc. XVII ao fazerem parte do repertório da música pelos mortos, constituem-se como documentos importantes para ajudar a compreender o modo como se marcou ao longo dos séculos, a transição desta vida para a outra e a atenção posta na comemoração dos defuntos.

Considerando a *inquietude* e o sentido do *incompleto* como elementos fundamentais e catalisadores de maior conhecimento, cada obra situa e retrata ao tempo

¹⁷ A palavra latina *statio* foi em primeiro lugar associada ao jejum público (Martimort, 1956, p. 361). Depois houve a associação de algumas igrejas ao termo *stationes*. A utilização do termo para designar determinadas procissões terá nascido do facto de os dias de jejum e oração serem acompanhados de procissões;



o pensamento de séculos passados, tornando mais claras algumas dessas práticas que chegaram aos nossos dias.

Se os textos destas duas obras seguem as normas tridentinas, seria importante demarcar até que ponto os manuais têm na sua música laivos de nacionalismo. A comparação com obras de outros autores ibéricos pode ser um estudo interessante e colocar luz sobre muitas dúvidas persistentes. Olhando numa outra perspectiva, poder-se-ão procurar outras referências à prática musical nos rituais fúnebres, ou nas orações pelos defuntos. Existirá certamente grande diversidade de práticas e sonoridades, enquanto retrato social específico de cada comunidade. O entendimento dos elementos comuns e de ligação entre eles deixam-nos certamente uma noção mais próxima da realidade de então, da influência e aculturação entre comunidades que apenas mantinham contacto esporádicos.

No que respeita ao manual de defuntos de Filipe de Magalhães, o *Cantum Ecclesiasticum*, destinou-se a uma ampla divulgação, não só por ser uma obra impressa, mas também porque teve várias edições. A sua longa existência na prática litúrgica, a persistência, em sucessivas edições, de erros evidentes na polifonia e provavelmente no canto-chão, comprometeram certamente a execução musical, vista à luz dos nossos dias. O entendimento das razões pelas quais acontecem tais incorreções não encontra resposta neste estudo. Estas e outras dúvidas irão persistir. Mas proliferam inquietudes sobre a intencionalidade ou não da manutenção dos erros na escrita musical.

É ainda legítimo questionar a relação entre a classe social ou o papel social, e o tipo de música utilizado no culto da morte.



BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

Talésio, Pedro. *Arte de cantocham*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1616.

Lobo, Duarte; Godinho, Bento; Vicente, Bartolomeu. *Ordo Amplissimus*. Lisboa: Tipografia Diagramatis, 1724.

Magalhães, Filipe de. *Cantum Ecclesiasticum*. Lisboa: António Alvares, 1642.

Livros litúrgicos

Rituale Romamum 1952

Rituale Romanum Pauli V Pont. Max. Jussu editum, aliorumque pont. Cura recognitum, atque ad normam Codicis Juris Canonici accommodatum: SS. Mi D.N. Pii Papae XII auctoritate ordinatum et actum. Editio Taurinensis quarta juxta typicam, Taurini Romae, Marietti.

Fontes secundárias

Besserman, Lawrence L. *The Legend of Job in the Middle Ages*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1979.

Cabrol, Fernand. 'Office of Dead'. In: *The Catholic Encyclopedia* (v. 11, p. 220-221). Nova Iorque: Caxton Publishing Company, 1907.

Cardoso, José Maria Pedrosa. *Fundo Musical: Século XVI ao XIX*. (Coleção Património Artístico, Histórico e Cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa). 2 vols. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1995.

Dijk, Stephen J. P. van. *The Ordinal of the Papal Court from Innocent III to Boniface VIII and Related Documents*, "Spicilegium Friburgense", Texts Concerning the History of Christian Life, v. 22. Fribourg: The University Press Fribourg, Switzerland, 1975

Fortescue, A. 'Ritual'. In: *The Catholic Encyclopedia* (v. 13, p. 87-313). Nova Iorque: Caxton Publishing Company, 1907.

Goovaerts, Alphonse. *Histoire et Bibliographie de la Typographie musicale dans les Pays Bas*. Antuérpia: Libr. Pierre Kocks, 1880.

Gy, Pierre-Marrie. "A morte do Cristão". In: *A Igreja em Oração. Introdução à Liturgia*. Barcelos: Ora & Labora, 1965.

Rutherford, Richard. *The death of a Christian: The Rite of Funerals, Studies in the reformed rites of the Catholic Church*. Nova Iorque: Pueblo Pub. Co, 1980.



- Ottosen, Knud. *The Responsories and Versicles of the Latin Office of the Death*. Denmark: Aarhus, 1993.
- Riguetti, Mário. *Manuale di Storia Liturgica*. 3ª ed. Milão: Àncora, 1955.
- Rowell, Geoffrey. *The Liturgy of Christian Burial: An Introductory Survey of the Historical Development of Christian Burial Rites*. Londres: Alcuin Club/S.P.C.K., 1977.
- Salmon, P. "A oração das horas". In: *A Igreja em oração, Introdução à Liturgia*. Barcelos: Ora & Labora, 1965.
- Thurston, H. 'Burial'. In: *The Catholic Encyclopedia* (v. 3, p. 71-78). Nova Iorque: Caxton Publishing Company, 1907.
- Toner, P. J. 'Death'. In: *The Catholic Encyclopedia* (v. 4, p. 605-655). Nova Iorque: Caxton Publishing Company, 1907.
- Vasconcelos, Joaquim de. *Os Músicos Portugueses: Biografia- Bibliographia*. 2 vols. Porto: Imprensa Portuguesa, 1870.
- Vovelle, Michel. *La Morte et L'Occident de 1300 à nous jours*. Paris: Gallimard, 1983.

JOSÉ FILOMENO MARTINS RAIMUNDO é professor coordenador da Escola Superior de Artes Aplicadas e director desde 2010. Foi Presidente do Conselho Científico e director do Conservatório de Portalegre, Covilhã e Belmonte. Integrou a comissão relativa ao Processo de Bolonha, do Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Doutorou-se na Universidade da Extremadura, na área da música, possui o Mestrado em Ciências Musicais com uma dissertação sobre polifonia sacra seiscentista, uma licenciatura em História, uma licenciatura em Educação Musical, o Diploma de Estudos Superiores Especializados em Inspeção Escolar, o Curso Superior de Piano e Composição e o Curso Geral de Canto.